

05. Observe os verbos grifados nos itens abaixo:

- I. “...influenciando e motivando seus liderados...”
II. “...será necessário exercer alguma forma de poder para liderar uma equipe.”
III. “...contagia a equipe, encorajando as pessoas a se sentirem mais seguras ...”
IV. “...vinculando o sucesso de cada membro ao sucesso do grupo.”

Em relação a eles, assinale a alternativa CORRETA.

- A) No item I, ambos os verbos exigem complemento regido de preposição.
B) No item II, apenas um dos verbos exige complemento regido de preposição.
C) No item III, o verbo não exige complemento.
D) No item IV, o verbo exige dois complementos: um sem preposição e o outro com preposição.
E) Todos os verbos grifados nos itens I, II, III e IV exigem complemento sem ser regido de preposição.

06. Em apenas uma das alternativas abaixo, a tonicidade dos dois termos grifados recai na penúltima sílaba. Assinale-a.

- A) “O novo líder do século XXI deve ser diferente de tudo...”
B) “Obviamente, sempre será necessário exercer...”
C) “...o novo líder é aquele que suprime o exercício do poder para exercitar a autoridade ...”
D) “...em preceitos de ética, justiça, equilíbrio e por um entusiasmo que contagia todo o grupo ...”
E) “...e até estimulando o desenvolvimento das competências e habilidades da equipe...”

07. Observe os verbos grifados nos fragmentos abaixo:

“O novo líder do século XXI deve ser diferente de tudo o que possa vincular a sua posição a um status de poder autoritário. Ao contrário, precisa desenvolver uma perfeita habilidade para conduzir sua autoridade, influenciando e motivando seus liderados, estimulando-os a contribuir para a realização do objetivo ou do projeto em execução. Deve socializar as responsabilidades de maneira sutil...”

Sobre eles, é CORRETO afirmar que

- A) o primeiro concorda com *habilidade*, e o segundo, com *responsabilidades*.
B) ambos concordam com o nome a que se referem, *o novo líder do século XXI*.
C) o primeiro concorda com o termo *status*, e o segundo, com *posição*.
D) ambos concordam com o sujeito *autoritarismo*.
E) o primeiro concorda com *cada membro*, e o segundo, com *autoritarismo*.

08. Os escritos abaixo refletem homenagens prestadas por figuras ilustres à cidade de Olinda.

1. *Olinda, cidade heróica,
Monumento da velha geração.
Olinda, serás eterna e eternamente
Viverás em meu coração.*
Capiba
2. *Olinda é para os olhos
Não se apalpa, é só desejo;
Ninguém diz: é lá que eu moro,
Somente diz: é lá que eu vejo.*
Carlos Pena Filho
3. *Olinda, cidade mulher,
Que pariu outras cidades.
Olinda, cidade rainha,
Que amamentou seu primogênito,
O Recife,
E terminou cedendo-lhe o cetro
De capital de Pernambuco.*
Marcos Freire

Se extrairmos deles, os fragmentos abaixo:

- I. Olinda, cidade heróica,
II. Olinda, serás eterna e eternamente
III. Não se apalpa, é só desejo
IV. Olinda, cidade mulher,

É CORRETO afirmar que

- A) No item I, as vírgulas separam termos que invocam alguém.
B) No item II, a vírgula isola o aposto.
C) No item III, a vírgula é facultativa.
D) No item IV, a vírgula separa termos que explicam o antecedente.
E) Tanto no item I como no IV, as vírgulas isolam um vocativo.

09. Observe os pensamentos abaixo e atente para os sublinhados.

- I. Não preciso me drogar para ser um gênio;
Não preciso ser um gênio para ser humano;
Mas preciso do seu sorriso para ser feliz.
Charles Chaplin

- II. A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.
Vinícius de Moraes

III. A minha vontade é forte, mas a minha disposição de obedecer-lhe é fraca.

Carlos Drummond de Andrade

IV. Estamos no mundo sem ser do mundo, constituídos entre os homens como sinais da verdade e da presença de Cristo para o mundo. Entregamo-lhe todo nosso ser concreto como expressão sua, para que Ele continue fazendo o bem.

Papa João Paulo II

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) No item I, a oração grifada é iniciada por um conectivo que exprime ideia de alternância.
- B) No item II, o conectivo existente neste trecho poderia ser substituído, sem causar prejuízo semântico, por *portanto*.
- C) No item III, a oração grifada se inicia com um conectivo que exprime ideia de oposição.
- D) No item IV, a oração grifada é iniciada por um conectivo que encerra ideia de temporalidade.
- E) Tanto no item I como no III, os conectivos podem ser substituídos, sem causar qualquer prejuízo semântico, por *desde que*.

10. Observe o texto abaixo:

“Ali naquela casa de muitas janelas e bandeiras coloridas vivia Rosalina. Casa de gente de casta, segundo eles antigamente. Ainda conserva a imponência e o porte senhorial, o ar solarengo que o tempo de todo não comeu. As cores das janelas e da porta estão lavadas de velhas, o reboco caído em alguns trechos como grandes placas de ferida, mostra mesmo as pedras e os tijolos e as taipas de sua carne e ossos, feitos para durar toda a vida; vidros quebrados nas vidraças, resultado do ataque da meninada nos dias de reinação, quando vinham provocar Rosalina (não de propósito e ruindade, mas sem-que-fazer de menino), escondida detrás das cortinas e reposteiros; nos peitoris das sacadas de ferro rendilhado, formando flores estilizadas, setas, volutas, esses e gregas, faltam muitas das pinhas de cristal facetado cor-de-vinho que arrematavam nas cantoneiras a leveza daqueles balcões.” DOURADO, Autran. *Ópera dos mortos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 1-2.

Sobre ele, é CORRETO afirmar que se trata de um texto

- A) que induz o leitor a um ponto de vista que deve ser por este defendido.
- B) que tenta convencer o leitor a acatar a ideia do emissor.
- C) denominado de fábula.
- D) que se caracteriza pela exposição de detalhes acerca de coisas e objetos.
- E) que busca persuadir o leitor a acatar ideias que lhe são apresentadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A Administração Pública no sentido material, funcional e objetivo enseja a natureza da atividade exercida pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos. Assim, a Administração Pública encarna a própria função administrativa. Logo, é INCORRETO afirmar que

- A) o Poder Legislativo e o Poder Judiciário podem praticar, atipicamente, funções administrativas.
- B) está incerta na função administrativa a possibilidade de edição de atos gerais, tais como decretos regulamentadores.
- C) a função administrativa está sob a égide do direito público, de forma prevalente.
- D) os atos emanados pela Administração Pública comportam revisão pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário que, em suas funções típicas, poderão sempre revogá-los com efeitos *ex tunc* ou *ex nunc*, respectivamente.
- E) a função administrativa é passível de controle interno e de controle externo.

12. Participaram de uma licitação regida pela Lei Nº 8.666/93 as empresas X, Y e Z. As empresas X e Z foram inabilitadas, a empresa Y foi desclassificada por vício em sua proposta de preços. Diante de tal situação, a administração

- A) considerará a licitação fracassada, revogando-a.
- B) considerará a licitação fracassada, anulando-a.
- C) poderá conceder prazo, para que a empresa Y apresente nova proposta escoimada dos vícios que levaram à desclassificação.
- D) poderá conceder prazo, para que a empresa Y apresente nova proposta escoimada dos vícios que levaram à desclassificação e para que as empresas X e Z sanem os vícios que as inabilitaram.
- E) deverá, necessariamente, repetir a licitação.

13. As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que os seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Incorreta a assertiva, pois pessoas jurídicas de direito privado não respondem por danos causados por seus agentes, responsabilidade objetiva restrita a pessoas jurídicas de direito público.
- B) Incorreta a assertiva, posto que não cabe direito de regresso.
- C) Correta a assertiva, visto que a responsabilidade objetiva do estado é devida para as pessoas jurídicas de direito privado.
- D) Correta, visto que a responsabilidade objetiva do estado é devida para as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.
- E) Incorreta a assertiva, visto que a responsabilidade objetiva do estado é devida para as pessoas jurídicas de direito privado que explorem atividade econômica.

14. Quanto ao instituto da desapropriação, é INCORRETO afirmar que

- A) para ajuizamento de ação de desapropriação carece, necessariamente, a identificação do proprietário do bem.
- B) os ônus e direitos que existiam concernentes ao bem expropriado extinguem-se e ficam sub-rogados no preço.
- C) apenas no momento de levantar a indenização, a prova de domínio deve ser feita pelo proprietário.
- D) os bens expropriados, quando incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de indenização.
- E) é forma originária de aquisição de propriedade.

15. Os seguintes objetos devem compor o contrato de gestão, a ser celebrado entre o Poder Público e organizações sociais, à EXCEÇÃO

- A) da dispensa de observância de procedimento licitatório para as contratações.
- B) dos critérios de remuneração de pessoal.
- C) da ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
- D) dos critérios de Avaliação de Desempenho.
- E) das obrigações e responsabilidades dos dirigentes.

16. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Na aplicação da lei, o juiz decidirá o caso, atendendo aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, aplicando a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- B) A lei começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, trinta dias depois de oficialmente publicada.
- C) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo da norma vige da primeira publicação.
- D) A ignorância da lei não escusa o seu cumprimento, ressalvado o estado de necessidade justificado e a culpa por negligência, imperícia ou imprudência.
- E) No ordenamento jurídico pátrio, é possível a reprimenda, desde que expressa na lei revogadora.

17. Quanto às obrigações, assinale a alternativa FALSA.

- A) Mesmo quando incerta a coisa objeto da obrigação de dar, ela será indicada, ao menos, pelo gênero e quantidade, caso em que caberá a escolha ao devedor, que, entretanto, não poderá dar a coisa pior nem será obrigado a prestar a melhor.
- B) O credor de coisa certa estará obrigado ao recebimento de outra coisa, desde que mais valiosa, porque a obrigação de dar coisa certa não lhe abrange os acessórios, quando não mencionados, salvo se contrariamente resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- C) Na obrigação de fazer, se a prestação do fato se impossibilitar sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação, e, havendo culpa do devedor, responderá este pelas perdas e danos.
- D) A extinção da obrigação de não fazer ocorre quando, sem culpa do devedor, lhe seja impossível abster-se do fato que se obrigara a não praticar.
- E) Quando se trata de obrigações do tipo negativo ou de não fazer, o devedor inadimplente deve, além de desfazer o ato gravado com o dever de abstenção, indenizar o dano dele decorrente bem como os lucros que, por força de seu ato, este deixou de auferir.

18. Analise as proposições seguintes:

- I. As fundações públicas, mesmo as que funcionem no Distrito Federal, ficarão sob o encargo do Ministério Público Federal.
- II. É nulo de pleno direito o ato que tiver preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para sua validade.
- III. A menoridade civil cessará para os menores no caso de concessão dos pais, ou de um deles, na falta do outro, mediante instrumento público, com homologação judicial.
- IV. Entende-se por comoriência, quando duas ou mais pessoas vêm a óbito na mesma ocasião, não se podendo definir quem faleceu primeiro, presumindo-se, então, a morte simultânea para os efeitos civis.
- V. A obrigação de solver dívida em dinheiro constitui obrigação de dar.

Estão CORRETAS

- A) I, II, III e V.
- B) II, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) I, IV e V.
- E) I, II, IV e V.

19. Indique a proposição INCORRETA dentre as abaixo elencadas.

- A) Nas associações não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- B) A decadência é irrenunciável, quando fixada em lei.
- C) Na sociedade limitada, a contribuição dos sócios pode ser mediante investimento de capital ou prestação de serviços.
- D) São indícios da aplicação dos princípios sociais aos contratos, no Código Civil de 2002, os institutos da lesão e do estado de perigo.
- E) São pessoas jurídicas de direito privado os partidos políticos, as sociedades e as associações.

20. Segundo o direito das coisas e considerando as assertivas seguintes, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Posse velha é a de mais um de ano.
- B) Os bens públicos dominicais são disponíveis e alienáveis.
- C) A hipoteca é bem incorpóreo divisível.
- D) O desforço necessário consiste na defesa da posse, pela própria força do possuidor, logo após a turbação ou o esbulho.
- E) O fâmulos pode tomar posse do que detém.

21. Acerca das disposições da Constituição da República, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Princípios constitucionais sensíveis são os previstos no art. 5.º da CF/88, que dispõem sobre direitos e garantias individuais.
- B) Os estados e o DF podem ser divididos em municípios, consoante lei complementar de competência do Congresso Nacional.
- C) O Poder Legislativo estadual é exercido de forma bicameral.
- D) A União pode intervir nos estados e municípios nos casos excepcionais previstos na Carta Magna, que incluem a necessidade de garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação.
- E) Poder constituinte decorrente é o poder que os estados-membros da Federação têm de elaborar sua própria constituição, respeitados os princípios constitucionais.

22. Acórdão do STF declarou de maneira incidental a inconstitucionalidade de dispositivo de lei federal, em sede de controle concreto e difuso de constitucionalidade. Tal aresto tem eficácia erga omnes e efeitos ex tunc. Tal assertiva

- A) é incorreta, pois o STF não realiza controle difuso, mas controle concentrado de constitucionalidade.
- B) é incorreta, pois declarações de constitucionalidade em sede de controle difuso não têm eficácia erga omnes.
- C) é correta, pois as decisões em controle concreto têm efeitos erga omnes.
- D) é incorreta, pois as decisões com efeitos ex tunc produzem efeito vinculante e não, eficácia erga omnes.
- E) é correta, pois o STF, ao decidir incidentalmente, profere efeitos erga omnes.

23. Acerca do processo legislativo, analise as proposições abaixo:

- | |
|---|
| <p>I. As emendas, de iniciativa parlamentar, ao projeto de lei do orçamento anual devem indicar, além da compatibilidade com o plano plurianual e a LDO, a origem dos recursos necessários nas hipóteses de aumento das dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e DF.</p> <p>II. O Chefe do Poder Executivo, ao verificar que a utilização, pelo legislador de uma expressão que torna o dispositivo legal inconstitucional, poderá vetar, apenas, a expressão inconstitucional, suprimindo-a do texto e sancionar o restante do projeto de lei.</p> <p>III. É de competência do Presidente da República a iniciativa de lei que verse sobre a organização do Ministério Público da União.</p> <p>IV. Os projetos de iniciativa popular carecem para tramitação da assinatura de, no mínimo, 10% do eleitorado nacional.</p> |
|---|

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Há apenas três afirmativas verdadeiras.
B) Todas as afirmativas são verdadeiras.
C) Há apenas duas afirmativas verdadeiras.
D) Há apenas uma afirmativa verdadeira.
E) Todas as afirmativas são falsas.

24. Com relação à nacionalidade, são brasileiros natos

- A) os filhos de brasileiro(a), nascidos no exterior, sem que um dos pais esteja a serviço do Brasil, desde que venham a residir no Brasil e optem, antes da maioridade, pela nacionalidade brasileira.
B) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que os dois estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
C) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
D) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
E) os nascidos no estrangeiro de pai e mãe brasileiros, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

25. No que pertine à ordem econômica prevista na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que

- A) a União, os Estados, o DF e os Municípios devem dar tratamento diferenciado às microempresas, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
B) a União, os Estados, o DF e os Municípios devem dar tratamento diferenciado às microempresas brasileiras de capital nacional, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
C) o decreto da União que declare interesse social de imóvel destinado à reforma agrária autoriza a propositura de ação de desapropriação.
D) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos é monopólio da União, mas poderá ser por objeto de exploração por empresa privada contratada, conforme requisitos previstos em lei.
E) o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

26. Analise as assertivas abaixo, segundo a Lei Federal nº 4.320/64.

- | |
|---|
| <p>I. Os créditos adicionais especiais são abertos por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.</p> <p>II. A fase de pagamento da despesa antecede a fase de liquidação no caso de despesas sob regime de adiantamento.</p> <p>III. O superávit financeiro resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, mas se constitui em receita de capital.</p> <p>IV. Os restos a pagar correspondem a despesas no exercício findo, inscritas no exercício posterior, a serem pagas à conta do orçamento vigente.</p> <p>V. O limite para o Chefe do Poder Executivo proceder as suplementações orçamentárias é fixado na lei de diretrizes orçamentárias.</p> |
|---|

Quanto às assertivas acima, é CORRETO afirmar que

- A) todas são falsas.
B) apenas duas são verdadeiras.
C) apenas três são verdadeiras.
D) apenas quatro são verdadeiras.
E) todas são verdadeiras.

27. Quanto aos instrumentos de planejamento, consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve incluir as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração, com as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
B) O Plano Plurianual deve incluir as diretrizes, objetivos e metas da Administração, de forma regionalizada bem como a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
C) A lei orçamentária anual estima as receitas e fixa as despesas para o exercício seguinte bem como prevê as alterações na legislação tributária.
D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
E) O Plano Plurianual deve incluir as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração, de forma regionalizada, e estabelecer as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

28. Assinale a alternativa correta quanto aos créditos adicionais.

- A) Os créditos suplementares, especiais e extraordinários são adstritos ao exercício financeiro, em qualquer hipótese, isto é, vigoram, sem exceção, da data em que forem abertos até o último dia do respectivo exercício financeiro.
B) Os créditos suplementares e extraordinários terão vigência no exercício financeiro que forem abertos, salvo se o ato de abertura for publicado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, em reabertos nos limites de seus saldos, por decreto legislativo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
C) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro que forem abertos, salvo se o ato de abertura for publicado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, em reabertos nos limites de seus saldos, por decreto legislativo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

- D) Os créditos adicionais, à exceção dos créditos especiais, só podem ser abertos, se houver fonte de recursos para sua abertura.
- E) Os créditos adicionais do Poder Legislativo, em face da independência e harmonia dos poderes, devem ser abertos pelo Presidente daquele poder.

29. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária constitui a dívida fundada de um ente federativo.
- B) A operação de crédito por antecipação da receita orçamentária destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deve cumprir, entre outras exigências, a autorização em lei para a sua contratação, liquidação até o dia dez de dezembro de cada ano e previsão na receita orçamentária.
- C) A operação de crédito pode ser um compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título.
- D) Os entes federativos que ultrapassarem o limite de endividamento deverão, nos quatro quadrimestres seguintes, retornar àquele limite, devendo ser eliminado, pelo menos, 20% do excesso no primeiro quadrimestre.
- E) Os entes federativos que ultrapassarem o limite de endividamento não poderão realizar qualquer operação de crédito, seja por antecipação de receita orçamentária, seja para refinanciamento da dívida mobiliária.

30. Assinale a alternativa CORRETA quanto aos princípios orçamentários.

- A) De acordo com a unicidade, todas as receitas e despesas orçamentárias de determinado ente federativo devem estar incertas na lei orçamentária.
- B) O princípio da exclusividade dispõe que a lei orçamentária deverá discriminar as receitas e despesas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos.
- C) O princípio do equilíbrio relaciona que as despesas realizadas não serão superiores àquelas fixadas.
- D) Pelo princípio da unidade, a lei orçamentária de cada ente federativo deve ser uma, ou seja, deve haver um só orçamento para um exercício financeiro.
- E) Não há exceções ao princípio da não-afetação das receitas.

31. No que tange ao instituto do litisconsórcio, é CORRETO afirmar que

- A) o juiz não pode limitar o litisconsórcio facultativo em vista do direito de ação constitucionalmente consagrado.
- B) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que seus interesses sejam opostos ou distintos.
- C) há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
- D) a confissão de um dos litisconsortes estende-se aos demais.
- E) apenas o litisconsorte principal tem o direito de promover o andamento do processo, devendo ser intimado de todos os atos.

32. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A oposição possui por limite temporal o trânsito em julgado da sentença da causa principal e deve ser proposta perante o juízo competente para apreciar o recurso interposto. Assim, se o processo principal estiver em grau de recurso, perante o Supremo Tribunal Federal, a oposição deverá ser proposta perante este órgão judicial.
- B) A nomeação à autoria somente é cabível quando o mero detentor é demandado e indica aquele que é o proprietário ou possuidor da coisa litigiosa, visando-lhe transferir a posição de réu.
- C) O chamamento ao processo é o incidente pelo qual o devedor demandado chama para integrar o mesmo processo os coobrigados pela dívida, de modo a fazê-los também responsáveis pelo resultado do feito, sendo uma faculdade do réu.
- D) Na assistência, em qualquer das suas modalidades, o assistente pode opor recurso, ainda quando o assistido não o faça.
- E) A Denúnciação a lide é o ato pelo qual somente o réu procura trazer a juízo para melhor tutelar seu direito, terceiro denunciado.

33. Acerca da matéria probatória no direito processual civil, é CORRETO afirmar que

- A) nas ações de estado, a parte deverá responder pessoalmente sobre os fatos articulados, não sendo obrigada a depor de fatos: criminosos ou torpes, que lhe forem imputados; ou a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo.
- B) é nula a convenção que dispuser sobre o ônus da prova.
- C) a carta rogatória e a precatória não possuem o condão de suspender o andamento do feito. Se não forem devolvidas dentro do prazo, poderão ser juntas aos autos até o julgamento.
- D) o juiz pode aplicar as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece, além das regras de experiência técnica, na falta de normas jurídicas particulares.
- E) o Código de Processo Civil adota em matéria de prova o sistema dispositivo flexível.

34. Acerca dos princípios que norteiam o direito processual civil, analise as proposições seguintes:

- | |
|--|
| <p>I. O princípio da indeclinabilidade da prestação jurisdicional advém do direito público subjetivo de ação, que assegura a todo cidadão o acesso ao Poder Judiciário e a obtenção de uma tutela jurisdicional que lhe garanta o direito material vindicado.</p> <p>II. O princípio da inércia inicial não se contrapõe ao princípio do impulso oficial, sendo ambos aplicáveis no âmbito do direito processual civil.</p> <p>III. A norma processual, ao determinar que a colheita de provas deve ser feita direta e pessoalmente pelo juiz, consagra o princípio da imediatidade.</p> <p>IV. Os princípios da imediatidade, da identidade física do juiz e da concentração dos atos processuais atuam como complementos de um outro princípio de Direito Processual Civil, que é o chamado princípio da oralidade, visto que melhor possibilitam a sua operacionalização.</p> |
|--|

Ante o exposto, é CORRETO afirmar que

- A) há uma proposição correta.
- B) há apenas duas proposições corretas.
- C) todas as proposições estão corretas.
- D) há apenas três proposições corretas.
- E) todas as proposições estão incorretas.

35. Quanto à ação rescisória, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Na ação rescisória de decisão por violação à literal disposição legal, não é autorizado o reexame dos fatos e das provas que fulcraram a decisão, devendo restar demonstrado, claramente, que a interpretação dada pelo referida decisão rescindenda violou o dispositivo legal em sua literalidade, independentemente das divergências e controvérsias que existirem sobre o correto entendimento da lei.
- B) Cabe a oposição de embargos infringentes contra a decisão que, por maioria, julga improcedente a ação rescisória por ofensa à literal disposição legal, sob o entendimento de que a decisão rescindenda se baseou em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais superiores.
- C) O termo inicial do prazo decadencial para a propositura da ação rescisória é contado da publicação da última decisão da causa, salvo no caso do recurso não ter sido conhecido por intempestividade ou por absoluta falta de previsão legal.
- D) Na ação rescisória, o autor pode formular pedido de desconstituição da sentença, e não, do acórdão que confirmou a decisão e julgou improcedente a apelação, desde que fundamente o seu pedido na existência de provas e documentos que não foram analisados quando da prolação da sentença e requeira, além da rescisão, o retorno dos autos à instância de origem para novo julgamento da causa.
- E) O termo inicial do prazo decadencial para a propositura da ação rescisória é contado da emissão da última decisão da causa, salvo no caso de o recurso não ter sido conhecido por intempestividade ou por absoluta falta de previsão legal.

36. A par da ADC 16, do Supremo Tribunal Federal, editada em 2010, que se posicionou sobre a constitucionalidade da Súmula 331 do TST, o ente federativo, quando atuar como contratante de qualquer serviço de terceiro especializado

- A) responde solidariamente com o contratado, em relação a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais do contratado inadimplente.
- B) responde subsidiariamente em relação a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais do contratado inadimplente.
- C) não responde nem solidária e subsidiariamente em relação a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais do contratado inadimplente.
- D) responde, apenas, subsidiariamente em relação a encargos trabalhistas do contratado inadimplente.
- E) responde, apenas, subsidiariamente em relação a encargos fiscais e comerciais do contratado inadimplente.

37. No rito processual sumaríssimo trabalhista, conforme a CLT,

- A) não há intimação de testemunhas, as quais devem ser convidadas pelas partes.
- B) não se pode produzir prova pericial.
- C) a citação por edital é limitada à hipótese de insucesso de tentativa de citação por meio de oficial de justiça, por duas vezes no espaço de tempo de 48 horas.
- D) a produção de provas se faz em audiência, mesmo que não haja requerimento prévio.
- E) o rol de testemunhas deve ser indicado na petição inicial.

38. Assinale a alternativa CORRETA quanto ao recurso cabível em f.:

- A) Agravo de Instrumento – 5 dias.
- B) Agravo de Petição – 8 dias.
- C) Agravo de Instrumento – 8 dias.
- D) Recurso de Revista – 8 dias.
- E) Agravo Regimental – 8 dias.

39. Acerca do instituto da litispendência, é CORRETO afirmar que a proposição de uma ação coletiva - ação civil pública ou ação civil coletiva - ajuizada para a defesa de interesses coletivos – em *scripto sensu* – com uma ação individual

- A) denota litispendência, mesmo quando houver identidade das partes e conexão entre as ações.
- B) denota litispendência, quando houver identidade das partes, de pedido e da causa de pedir.
- C) não denota litispendência.
- D) denota litispendência, quando houver conexão entre as ações e causa de pedir.
- E) não denota litispendência, se houver identidade das partes.

40. Olindo foi dispensado da empresa em que trabalhava que se enquadra como microempresa nos termos da LC Nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e empresa de pequeno porte. Ajuizou reclamação trabalhista pela falta de pagamento de horas extraordinárias. Nestes termos, é CORRETO afirmar que

- A) a reclamada poderá ser representada em audiência por preposto que não pertença ao quadro de empregados.
- B) o reclamante poderá recorrer ao rito sumaríssimo, se o valor da causa não ultrapassar 60 salários mínimos.
- C) não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.
- D) a reclamada só poderá ser representada em audiência por preposto que pertença ao quadro de empregados.
- E) poderá ser arrolado como testemunha do reclamante qualquer empregado que esteja litigando com a mesma empresa, desde que não se caracterize como troca de favores.

41. Analise as proposições seguintes:

- I. A salvo do Recurso Extraordinário, qualquer recurso pode ser interposto sem a necessidade de advogado.
- II. A proposição de ação rescisória contra o decidido precederá do depósito prévio de 20% sobre o valor da condenação.
- III. Na discussão judicial de direitos, se o empregador reconhecer parte do crédito almejado pelo obreiro, mas não efetuar a quitação na primeira assentada, deve ser condenado a fazê-lo com a majoração de 50% somente sobre o salário devido.
- IV. Decidida a questão suscitada no âmbito do embargo à execução, o próximo recurso cabível será agravo de petição, a ser manejado no prazo de oito dias.
- V. Para uma demanda que discuta descumprimento de norma coletiva, poderá ocorrer execução direta de direito pelo obreiro que se sentir prejudicado, haja vista ser o instrumento coletivo título passível de execução.

Estão INCORRETAS

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e V.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

42. No que concerne ao conflito entre normas de acordo coletivo de trabalho e convenção coletiva de trabalho no direito brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As condições firmadas em convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo.
- B) Em face do instituto do conglobamento amplo, aplicar-se-á tão somente um instrumento normativo.
- C) Prevalecem as normas do acordo coletivo, em vista do princípio que dispõe que a norma especial revoga a norma geral.
- D) Prevalecem as normas mais favoráveis ao trabalhador que a assembleia geral fixar nos termos da CLT.
- E) Haverá predominância das normas estatuídas na CLT em detrimento às constantes em acordo ou convenção coletiva, mesmo que essas sejam mais favoráveis ao obreiro.

43. O empregado, que negar o uso do uniforme da Empresa, pode ser dispensado com justa causa, sob a alegação:

- A) Ato de improbidade.
- B) Incontinência de conduta.
- C) Ato de indisciplina.
- D) Mau Procedimento.
- E) Desídia Administrativa.

44. Analise as proposições a seguir:

- I. A prorrogação do contrato por prazo determinado no âmbito da Administração Pública implica sua transformação em contrato por prazo indeterminado.
- II. Ao trabalhador optante pelo FGTS, após a promulgação da Constituição Federal da República de 1988, ficou garantida a estabilidade decenal.
- III. O empregador não tem a obrigação de proceder aos depósitos no FGTS dos empregados nas hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.
- IV. De acordo com a Súmula 363 do TST, aquele contratado como servidor público para a Administração Pública sem prévia aprovação em concurso público faz ao pagamento pela contraprestação pactuada.
- V. A empregada que adote criança terá direito à percepção de licença maternidade, com período cuja proporção está relacionada à idade da criança adotada.

Ante o exposto, é CORRETO afirmar que

- A) apenas as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- B) as proposições I, II e IV são falsas.
- C) apenas as proposições I, II e III são verdadeiras.
- D) as proposições I, III e V são falsas.
- E) apenas as proposições II, III e IV são verdadeiras.

45. O empregado que exerce sua atividade profissional em condições ou atividades que implicam em contato _____ com inflamáveis, explosivos e em casos especiais com elevada carga elétrica em condições de risco acentuado, conforme definição na legislação vigente, tem assegurado o pagamento de um adicional de periculosidade de _____ do seu salário. Esse adicional pela interpretação predominante da Justiça do Trabalho _____ o cálculo de indenização e de horas extraordinárias quando o adicional de periculosidade é pago com habitualidade, em caráter permanente. Complete as lacunas com a resposta que deixe a afirmação integralmente correta, observando as alternativas abaixo.

- A) Eventual, 30% e não integra.
- B) Permanente, 30% e integra.
- C) Eventual, 20% e integra.
- D) Permanente, 30% e não integra.
- E) Permanente, 20% e integra.

46. Quanto aos tributos e suas espécies, analise as proposições seguintes:

- I. Um imposto ocorre quando um tributo é instituído, tomando-se como base a situação pessoal do contribuinte, independentemente da atuação estatal a ele referida.
- II. A atuação do Estado direcionada a dados contribuintes, de forma cogente, deve ser remunerada por taxas ou contribuições.
- III. É espécie tributária cobrada pelo município o ingresso em parques por ele administrados.
- IV. A cobrança compulsória de prestação pecuniária realizada para proprietários de imóveis beneficiados por obra pública se denomina contribuição parafiscal.
- V. A contribuição de melhoria pode ser instituída por qualquer ente federativo.

Quanto às assertivas acima, é CORRETO afirmar que

- A) todas são verdadeiras.
- B) apenas duas são verdadeiras.
- C) apenas três são verdadeiras.
- D) apenas quatro são verdadeiras.
- E) todas são falsas.

47. São imunes

- A) aos impostos e às taxas as igrejas por seus templos diretamente vinculados ao culto.
- B) às taxas as entidades de assistência social sem fins lucrativos.
- C) aos impostos as igrejas por seus templos diretamente vinculados ao culto.
- D) aos impostos as igrejas inobstante seus templos estarem diretamente vinculados ao culto.
- E) aos impostos e às taxas os livros e o papel destinado à sua confecção.

48. Assinale a alternativa CORRETA quanto à suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

- A) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não impede o prosseguimento da ação executiva para cobrança da mesma dívida.
- B) O pagamento é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- C) A moratória é modalidade de extinção do crédito tributário.
- D) A anistia só pode ser concedida por lei e se constitui em modalidade de extinção de crédito tributário.
- E) A anistia exclui os créditos decorrentes de penalidade pecuniária, exclusas aquelas advindas de crimes e contravenções de natureza tributária.

49. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A lista de serviços da Lei Complementar nº116/2003 não é taxativa nem exaustiva, mas, meramente exemplificativa.
- B) De acordo com o Código Tributário Nacional, as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, só suspendem a exigibilidade do crédito tributário, se acompanhadas do comprovante do depósito de 30% do valor controvertido.
- C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- D) A interpretação, conforme o Código Tributário Nacional, para a exigibilidade do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, é literal.
- E) Na lacuna da lei, aplicar-se-á sucessivamente: a analogia, a equidade, os princípios gerais do direito tributário e os princípios gerais do direito.

50. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- A) É constitucional a cobrança de IPTU relativo a imóvel de propriedade de partido político, mesmo se aquele for locado para terceiro não alcançado pela imunidade tributária.
- B) É ilegítima a cobrança pelo Município da taxa de fiscalização, localização e funcionamento de escritórios de advocacia em face do exercício do poder de polícia.
- C) O princípio da anterioridade nonagesimal, prevista no artigo 150, III, “c” da Constituição Federal de 1988, aplica-se ao ISS, exceto no que se refere à fixação da base de cálculo, conforme previsto na própria Constituição Federal de 1988, com a redação da Emenda Constitucional Nº42.
- D) O ITBI poderá ter mitigado o princípio da anterioridade quanto à definição da base de cálculo e das respectivas alíquotas.
- E) É competente para exigir o pagamento do ISS em caso de serviços técnicos de edificações o município onde o prestador tiver domicílio fiscal.